

Os saberes matemáticos e suas metodologias em um manual de ensino de 1958: o repercutir de uma reforma

Rosângela Miranda Santos¹

Universidade Federal do Espírito Santo

Moisés Gonçalves Siqueira Filho²

Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo: Apresenta o contexto educacional do Estado do Espírito Santo em tempos de escola nova e períodos subsequentes (1928-1958), sob os preceitos da reforma educacional comandada por Atílio Vivácqua secretário da instrução pública do governo de Aristeu Borges. Busca identificar os saberes matemáticos e suas metodologias presentes no manual pedagógico “Metodologia do Ensino Primário” de Amaral Fontoura e se propõe a responder a seguinte questão: Como os saberes matemáticos eram apresentados neste manual pedagógico e nos programas de ensino propostos pela legislação vigente no Espírito Santo e identificar os vestígios da proposta de Vivácqua no período de 1928 a 1958? Utiliza a História Cultural, na perspectiva de Chartier, para esclarecer a trajetória da educação no Estado capixaba. A partir da busca de fontes em arquivos, biblioteca públicas e acervos digitais e da consideração das relações que podem estabelecer com o contexto de produção delas, entendemos necessário conhecer e compreender esse contexto para como ele ter condições de dialogar.

Palavras-Chave: Atílio Vivácqua, manuais pedagógicos, saberes matemáticos.

CONTEXTO HISTÓRICO

[...] Mas o edifício escolar não poderia constituir preocupação básica da reforma, que é, na sua essência, um plano de transformação didática, cuja garantia de execução depende fundamentalmente da preparação do professorado em condições de compreender -a e pôr -a em prática. As velhas, pequenas e pobres casas da escola tradicional, desde que nelas penetre o espírito novo, fecundo e irradiante da pedagogia dinâmica, já não terão em suas paredes murallas chinesas que as separem da vida da sociedade (VIVACQUA, 1930, p. 25).

Conhecer o cenário educacional apresentado no Espírito Santo do início até meados do século XX, talvez nos permita compreender melhor a mensagem contida no trecho citado acima. É o que tentaremos fazer ao longo deste texto.

De 1908 a 1912 o estado do Espírito Santo foi presidido pelo republicano liberal Jerônimo de Souza Monteiro. Entre diversas ações de instituição do seu governo as que nos interessa no momento são as referentes à instrução pública, para a qual logo tratou de instituir

¹ Professora da Rede Municipal de São Matheus. Mestranda do Programa de Pós Graduação Ensino na Educação Básica. Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) / Ceunes, e-mail: r_zanza@hotmail.com.

² Professor Doutor em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) / Ceunes, e-mail: siqueira.moyses@gmail.com

modificações na organização. Para comandar esse processo de mudança convidou o emérito educador paulista Sr. Carlos Alberto Gomes Cardim³, zeloso e dedicado a causa da instrução pública. Cardim, segundo Salim (2009, p. 154) “[...] integrava a geração dos normalistas republicanos formada no contexto da Reforma Educacional promovida no Estado de São Paulo logo após a proclamação da República”.

A partir de então, uma sucessão de Leis e Decretos passaram a organizar e implementar as mudanças pretendidas por Gomes Cardim à instrução pública capixaba. Nos limitaremos a citar apenas algumas que consideramos relevante para construção e desencadeamento de nossa ideia neste texto. Acerca desta regulamentação legal, Siqueira Filho (2014, p. 39) já nos traz

Os Decretos nº 110 e 111, ambos de 07 de junho de 1908, respectivamente, designou professores para a Escola Modelo; nomeou Gomes Cardim para nela exercer as funções de Diretor, com o encargo de dirigir os trabalhos escolares da Escola Normal; [...] Mais adiante, em 16 de dezembro de 1908, foi promulgada a Lei nº 545, regulamentada pelo Decreto nº 230 de 02 de fevereiro de 1909, entre outras coisas, dava “nova organização à instrução pública primária e secundária; [...] Acerca do ensino primário, o documento estabelecia, em seu Capítulo I, Art.2º, que “O Estado se obriga, na medida de suas forças, a ministrar o ensino primário, divulgando amplamente, os métodos e processos do ensino moderno” (SIQUEIRA FILHO, 2014, p. 39).

Sob a égide da pedagogia moderna a reforma do governo Monteiro comandada por Gomes Cardim investiu forças na reestruturação das Escolas Normais, orientando o ensino pela via do “prático” e primando por uma homogeneidade dos métodos. Segundo o entendimento de Cardim conceder a possibilidade de liberdade na escolha de metodologias pelos professores seria implantar uma confusão no ensino. Nessa perspectiva, cabia ao Estado divulgar e orientar os professores quanto aos métodos e processos que deveriam ser utilizados na prática docente para ministrar todas as matérias. Sobre estes, o Decreto n. 43 (ESPÍRITO SANTO, 1910a, p.1)⁴ orienta no

Art 298- As lições sobre qualquer matéria serão cingidas no programma e serão práticas, concretas essencialmente empíricas e com exclusão completa das regras abstractas.

E, especialmente, sobre os métodos para o ensino da Arithmética esse mesmo decreto no Art 299 traz

[...] as lições de arithmética serão exclusivamente praticas e o ensino dos números e da taboada dever ser feito absolutamente concreto, dando o

³ Nasceu em São Paulo em 10 de fevereiro de 1875. Diplomou-se em 1894 pela Escola Normal de São Paulo Chegou ao Espírito Santo em 29 de junho de 1908, foi nomeado diretor da Escola Normal e tinha como missão reformular a educação espirito-santense (SIQUEIRA FILHO, 2014).

⁴ Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/122261>>. Acesso em jan. 2016.

professor a **idéa de quantidade para fazer despertar no aluno a idéa do numero. (grifo nosso)**

Ainda no Decreto n. 43 (ESPÍRITO SANTO, 1910a, p.1) em seu Anexo 1 determina os conteúdos do Programa de Ensino para o curso primário. Para Arithmética encontramos

- *Sommar, subtrahir, multiplicar e dividir números até 10 com auxílio de objetos.*
- *Taboada da multiplicação, até a casa de 12, com o auxílio do círculo numérico*

Nesse sentido, as lições contidas nos programas de ensino seguem um aspecto prático privilegiando os processos intuitivos e conduzindo ao método analítico. Assim fica perceptível a preocupação da reforma em determinar aos professores o “como fazer”. As determinações advindas das leis, decretos, resoluções estabeleciam um forte vínculo entre o universo escolar e as ordenações do governo. No contexto das reformas pretendidas, a educação e a profissão docente foram tomadas como importantes aparatos de modelização para a formação de cidadãos aptos a seguirem uma nova ordem social. No entanto, não há como desconsiderar os demais contextos como social, econômico, político para o sucesso de uma reforma. Daria conta, por si só a reforma da instrução pública, de levar o estado a um âmbito nacional de modernização?

O cenário econômico e político do estado no governo Monteiro não colaborava positivamente para o sucesso do projeto de modernização. É notório que a criação da Escola Modelo, a criação do primeiro Grupo Escolar e a regulamentação da Escola Normal foram importantes ações na consolidação da educação capixaba. No entanto, é importante observar o processo de precariedade que permeou a implantação do grupo escolar e que, ao final do governo Monteiro, se percebia nas instituições de ensino. As Escolas isoladas, que representavam um retrocesso aos ideais de modernização, continuavam sendo criadas por meio de Decretos pelo governo. Segundo Pimentel e Assis (2013)

Numa clara discrepância entre a intenção anunciada pelo projeto reformista e as ações encaminhadas pelos Poderes de Estado entre 1908 e a 1909 são criadas por decreto 32 Escolas Isoladas.. Pensada enquanto instrumento na construção de uma almejada unidade nacional, a escola primária pública continuou local e distanciada do ideal republicano de escola do governo. Mesmo que pela legislação se determinasse que o funcionamento das escolas isoladas e das reunidas seguissem os mesmos princípios metodológicos e pedagógicos ordenados para o Grupo Escolar, pouco podia fazer o poder público para cobrar esse funcionamento (PIMENTEL; ASSIS, 2013, p. 10).

Além disso, o projeto de modernização do Estado, implantado por Jerônimo Monteiro, não estava isento de práticas coronelistas nas suas ações como governante. Segundo Vasconcellos (1995) não restava dúvidas que sua liderança como chefe político abrigava uma forte dicotomia entre a figura do modernizador e suas práticas coronelistas: como o clientelismo e o nepotismo. Essas práticas, também, eram observadas na condução da

instrução pública sob o comando de Gomes Cardim, como bom seguidor que era. No projeto de modernização da instrução pública, apesar da institucionalização de novos métodos de ensino, base pedagógica da reforma, observa-se nas ações dos inspetores de ensino o uso constante de mecanismos de vigilância, punições e controle dos professores. Cardim preocupava-se mais com a vigilância do exercício docente do que com a qualificação e desenvolvimento profissional dos professores que atuariam na regência das aulas. Nesse sentido, Bonatto (2005) destaca a incipiência dos programas de formação que aquele reformador paulista pretendia, como um dos motivos do insucesso da reforma implementada pelo governo de Jerônimo Monteiro.

Apesar das expectativas e dos pronunciamentos oficiais, envoltos na Reforma Cardim, ela não conduziu no sistema educacional uma modificação estruturante. A partir de então, com pequenas alterações, os desdobramentos dessa reforma perduraram até que sucessores políticos do Estado empreendessem esforços por um “novo” modelo de ensino. Foi nesse cenário que no final dos anos de 1920, no governo de Aristeu Borges, Attílio Vivácqua, acompanhando um movimento nacional - “reforma do ensino primário pela reforma da formação de professores”, surge no meio educacional capixaba. A formação de professores passaria, então, a ser o foco principal da proposta de Attílio Vivacqua, no final da década de 1920, da qual trataremos mais adiante.

O INÍCIO DO MOVIMENTO DA ESCOLA NOVA E O CENÁRIO ESPÍRITO-SANTENSE

O movimento renovador impulsionou um amplo processo de reestruturação no campo educacional em vários estados brasileiros. Com sinais incipientes desde o início do século XX, mas de fato desencadeado a partir de 1920. Trazia um sentimento de renovação que se materializou ao longo das décadas seguintes por meio das reformas educacionais. No entanto, o sentido dessa “renovação” estava para além da dimensão opositora entre “novo x velho”. Permeando toda essa proposta apresentava-se, subjetivamente, o desenvolvimento de um ideário de nacionalidade. Ou seja, o contexto social, político e econômico da ocasião caracterizava-se por um período pós-guerra, em que novas ideologias afloram e deslumbra-se perspectivas de desenvolvimento em vários campos e, em particular, o social e econômico. Neste contexto o processo de industrialização, em crescente expansão pressupõe a eficiência e demanda na necessidade de formação de mão de obra. Em linhas gerais, isso se traduzia pela necessidade de adaptação e adequação do sistema educacional às exigências de uma sociedade industrial em expansão. Para tanto, se faz relevante pensar em novas políticas educacionais. Desse modo, nutria-se um entusiasmo “natural” pela educação com debates aflorados e um marcante otimismo pedagógico. Como nos narra Nagle (1974), “a crença estaria [...] na possibilidade de reformar a sociedade pela reforma do homem, para o que a escolarização [teria] um papel insubstituível, [por ser] interpretada como o mais decisivo instrumento de aceleração histórica”. Vale ressaltar que essa intenção, de se pensar a educação como via propulsora do progresso, no Espírito Santo já se fazia presente desde os primeiros anos do século XX, como observado na reforma de Gomes Cardim.

O estado do Espírito Santo passava por uma perspectiva de modernização que incluía a construção de ferrovias, o remodelamento das cidades entre outros setores. Mas as escolas e a educação teriam, também, um lugar privilegiado nos planos do governo, como o próprio Aristeu Borges de Aguiar afirma em um de seus pronunciamentos sobre a condução das políticas governamentais do Estado num discurso de candidato à Presidência do Estado: “Entre os problemas que terei de defrontar, destaco, em primeiro plano, o do ensino, que constituirá uma das mais sérias e constantes preocupações do governo” (ESPÍRITO SANTO, 1929, p.81). Aristeu Borges de Aguiar tomou posse no dia 30 de junho de 1928, aos 36 anos de idade, para governar por quatro anos, de 1928-1932. Dono de uma carreira jurídica brilhante, Aristeu, além de professor, foi, também, diretor do Gymnasio do Espírito Santo e secretário da Instrução do Governo Florentino Avidos. E se aqueles eram tempos de modernização, como já dito, a educação ocuparia lugar de destaque em seu governo e passaria por uma reforma significativa, dentro dos moldes modernos em circulação no país. Para tanto, nomeou como secretário da instrução pública Atílio Vivácqua, que atuou como mentor da reforma no Espírito Santo.

ATTÍLIO VIVÁCQUA E OS PRESSUPOSTOS DA REFORMA

Filho de imigrantes italianos e de uma família abastarda e tradicional, nasceu em Muniz Freire no sul do Espírito Santo em 11 de outubro de 1894. Nesta cidade realizou seus estudos primários e secundários. Ingressou mais tarde na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, capital da República, formou-se em 1916 e passou a exercer as atividades da advocacia no município de Colatina, em Vitória e no Rio de Janeiro. Ingressou na carreira política e entre 1920 e 1921; foi eleito, sucessivamente, vereador pela Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim e deputado na Assembléia Legislativa do Espírito Santo; reeleito em 1927 para essa mesma casa. Como filho de uma poderosa oligarquia do Estado, sua família era ligada às artes, à cultura e a todo tempo circulava pelas “rodas” sociais da burguesia. Era um homem viajado, engajado e articulado, politicamente, desde muito jovem. Já em 1915, colaborava com jornais capixabas como “O Espírito Santo” e “Município”, articulando-se com a vida social, política e cultural do estado. Dentre as atuações em diversos campos, vamos destacar sua participação e ações na educação. Como Secretário da Instrução Pública, ao fim de 1928, foi autorizada pela Lei nº 1.693, de 20 de dezembro, a introdução da *escola activa* no Espírito Santo. Por meio dessa lei, o governo recebia o aval de que carecia, para fazer as transformações necessárias na instrução pública, dentro do ideário da nova Pedagogia. Estava inaugurada, assim, a reforma da instrução no Estado do Espírito Santo. Dentre as mudanças propostas pela reforma, além de orientações sobre os processos de avaliação; horários das aulas; ocupava-se, principalmente, da formação dos professores. Mudanças que, partindo dos métodos ativos – ainda não muito bem delineados – alterariam os rumos da educação capixaba. Para isso, foram formuladas, ainda em 1928, as “linhas mestras” da reforma, integradas à lei da reforma e incluídas na mensagem de governo de 1929:

- a) o restabelecimento dos exames, com provas escriptas e oraes de modo que o acesso do alumno se faça mediante o criterio baseado na media de applicação, combinada com as provas terminaes do anno lectivo;
- b) a incorporação aos principaes grupos escolares e escolas reunidas de um curso de dous annos para a formação de professores ruraes, sendo a matricula desse curso subordinada a condições regulamentares;
- c) a verificação da capacidade technica do actual professorado provisorio de concurso, mediante provas especiaes
- d) adopção das medidas, que julgar convenientes para attender aos principios da escola activa, ao desenvolvimento da educação artistica e physica, á organização do ensino technico, profissional, e inspecção medico-dentaria e da assistência escolar e á fundação de cursos nocturnos e de instituições complementares e auxiliares da escola;
- e) a criação do fundo escolar;
- f) a cooperação entre a União, os municipios e o Estado para a difusão e melhoramento do ensino;
- g) a construção de prédios escolares e parques gymnasticos para a educação physica dos escolares (ESPIRITO SANTO, 1929, p. 84-85).

A sociedade recebia com grande entusiasmo as inovações para a instrução pública por meio da imprensa local que tratava de divulgar as boas novas para a educação. Um dos veículos de comunicação, para divulgação e colaboração com as causas da reforma, era a revista *Vida Capichaba*⁵. Nessa mesma revista foi publicada, em julho de 1929, uma matéria intitulada *Governo Aristeu Aguiar: a Secretaria da Instrução e a reforma do ensino no Espírito Santo*, em que se explicava os princípios, as orientações teóricas e os objetivos da reforma que estava em execução.

A reforma previa transformações para a escola primária, mas seu principal alvo foi, também, especificamente, a Escola Normal. As atenções voltadas para esse segmento são compreensíveis, pois, para promover as mudanças desejadas no ensino primário, era preciso inicialmente traçar novas diretrizes para a formação do professor que atuaria com tal instrução. De acordo com as propostas de Viváqua a Escola Normal deveria incorporar novas disciplinas, ampliar os programas para contemplar os preceitos da Escola Ativa, valorizando a experiência e a prática profissional. Isso nos é indicado, por exemplo, pelo Decreto n. 6501 em seu artigo 227 que

Art. 227 o ensino será feito tanto quanto possível pelo aprendizado ativo e individual do educando, e além do fim da aplicação utilitária de cada matéria o professor deverá esforçar-se para desenvolver no espírito dos alunos iniciativa intelectual e faculdade crítica. O processo regular do ensino deve ser de argumentação e discussão em que os alunos colaborem com perguntas e respostas (ESPIRITO SANTO, Decreto n. 6501, art. 227, p.86).

⁵ Disponível em microfilme na BPES e em formato digital para consulta on-line na Hemeroteca da Biblioteca Nacional (<http://hemerotecadigital.bn.br/>)

Porém, o número de escolas na modalidade do curso normal, ainda, era muito reduzido e a grande quantidade de professores leigos era preocupante. Nesse sentido, também, na tentativa de aperfeiçoamento do professorado capixaba e propagação dos seus pressupostos pedagógicos, Vivácqua criou, pelo Decreto nº 9.750, de 30 de agosto de 1929, o Curso Superior de Cultura Pedagógica. A duração era de seis meses, com uma carga horária de 20 horas semanais. O programa totalmente moldado pelos princípios da Escola Nova, apresentava-se em quatro módulos, sendo: Pedagogia Científica, Didática, Escola Ativa e Questões Técnicas e Sociais. Como regulamento do curso, na época da conclusão, cada um de seus alunos deveria apresentar um trabalho final escrito (*theses finaes*), sobre temas relacionados com a nova pedagogia proposta. Pode-se constatar que dentre os 32 títulos de trabalhos apresentados ao final do curso em 22 deles aparece a expressão “escola ativa” ou “escola nova”, confirmando que de fato o curso atendia ao pretendido por Vivácqua de preparar um corpo propagandista e aplicador da Escola Nova” (Berto, 2013).

OS ECOS DA ESCOLA NOVA NAS DÉCADAS SEGUINTE: OS MANUAIS PEDAGÓGICOS E OS PROGRAMAS DE ENSINO

O movimento da escola nova ecoou no Brasil e, em particular, no Espírito Santo por várias décadas seguintes com foco principal no delinear da profissão docente. Assim, se justifica adotarmos, neste estudo, o período inaugurado e sequenciado por essa reforma, como substrato das investigações acerca da formação de professores e atentando-nos para os saberes matemáticos e as metodologias propostas para o ensino de matemática presentes nos manuais pedagógicos e programas de ensino. Acreditamos que os manuais eram pensados e escritos a fim de atender tais propostas e representavam veículos propagadores de métodos e intencionalidades para formação do cidadão de acordo com as necessidades colocadas pela sociedade. Alguns estudos já se dedicaram à compreender como os manuais pedagógicos se constituíram em instrumentos de propagação dos ideais de uma nova pedagogia. As leituras já realizadas nos esclarecem alguns pontos, mas também ajuda a pensar em novos questionamentos. Esses trabalhos tomam, como ponto de partida, fontes já localizadas e nos mostram, também, que ainda existem muitas outras fontes ainda intocadas que poderão produzir outras “Histórias” da Educação do Espírito Santo. Essa necessidade de realização de estudos que investiguem a História da Educação no Espírito Santo foi sinalizada por Simões e Franco (2004, p. 3) e, segundo elas, os desafios que se colocam diante de nós envolvem “[...] a escassez de produção historiográfica dirigida ao Estado como um todo e a realidade educacional em particular [além da] precariedade e a dispersão de fontes”. Há ausências e carências “[...] de estudos regionais e locais, como forma de dar visibilidade a realidades e sujeitos normalmente ignorados ou obscurecidos na escrita da História universalizante” (SIMÕES; FRANCO, 2004, p. 23). Dada a carência de pesquisas nessa área entendemos relevante caminhar com este trabalho em busca de responder alguns questionamentos que ainda nos fazemos: Quais os manuais pedagógicos que circulavam em São Mateus e no Espírito Santo para utilização do professor? Quais saberes matemáticos estariam

contemplados nesses manuais? Quais eram as orientações aos professores, advindas dos manuais pedagógicos e programas de ensino quanto ao ensino da matemática? Quais eram as discussões metodológicas presentes nesses manuais pedagógicos? Quem eram os autores e quais papéis exerciam na história e na política do estado, no período escolanovista?

No intuito de buscar respostas para essas perguntas e constituir uma narrativa acerca de uma parte da História educacional do Espírito Santo, acreditamos que o ponto inicial é partir em busca de fontes que nos ajudarão na constituição do tema desta pesquisa e a perceber as relações que poderemos estabelecer com o contexto de produção delas, entendendo ser necessário conhecê-lo e compreendê-lo, a fim de com ele dialogar. Uma potencial fonte, para tal, encontra-se na Biblioteca Pública Municipal de São Mateus. Trata-se do manual *Metodologia do Ensino Primário*, de Amaral Fontoura, 2º e 3º anos do Curso Normal, 4ª Edição publicada em 1956. Dizemos ser potencial, pois, até então só foi utilizada na dissertação de Pezzin (2015). Porém, a referida pesquisa abrangeu vários aspectos da formação do professor da escola primária não explorando este manual na sua totalidade. Importante, também, se faz saber as determinações dirigidas à formação de professores, por meio da legislação vigente. Parte dessa legislação encontra-se em arquivos e bibliotecas públicas do estado do Espírito Santo. Muitos documentos oficiais como Relatórios, Programas de ensino, Ofícios expedidos e recebidos pelo Secretário da Instrução Pública do Estado etc. Também, precisamos considerar a busca em acervos e repositórios digitais nacionais, incluindo o da Universidade Federal de Santa Catarina, onde já se encontram depositados alguns dos vários documentos que serão por nós acessados e outros, futuramente, inseridos.

Acreditamos que nos manuais, é possível identificar formas específicas de apropriação das fontes utilizadas. Pretendemos interrogar essas fontes e dialogar com estudos já realizados na intenção de procurar respostas ao problema de pesquisa que assim por ora formulamos: Como os saberes matemáticos eram apresentados nos manuais pedagógicos e nos programas de ensino propostos pela legislação vigente no Espírito Santo e os vestígios da proposta de Viváqua no período de 1928 a 1958?

OBJETIVOS

Para tanto, estabelecemos alguns objetivos:

Objetivo Geral:

Investigar os saberes matemáticos e as orientações metodológicas presentes no manual pedagógico e programas de ensino para formação de professores primários no Espírito Santo entre 1928 a 1958.

Objetivos específicos

- Identificar os saberes matemáticos e as orientações metodológicas apresentados no manual “Metodologia do Ensino Primário”.
- Identificar os programas de ensino apresentados pela legislação oficial no período adotado.

- Analisar os conteúdos e metodologias previstos nos programas de ensino utilizados entre 1928 a 1958 para a formação do professor no ensino primário, e no manual “Metodologia do Ensino Primário”.
- Analisar a inserção dos preceitos da reforma escolanovista nos manuais pedagógicos.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Diante da temática escolhida, do problema formulado e dos objetivos pretendidos neste estudo, e considerando, também, os elementos eleitos para compor essa investigação tais como, os manuais, programas de ensino e documentos oficiais, faz-se necessário o embasamento teórico-metodológico que contribuirá na compreensão desses elementos. Nesse sentido, nosso estudo se confira em uma pesquisa qualitativa de cunho histórico-documental, balizada por conceitos da História Cultural, cujas leituras, até então, realizadas nos direcionam para Chartier, Chervel e Julia. Entendemos a História Cultural de acordo com os estudos de Roger Chartier (1990) que afirma: “a História Cultural tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é pensada e dada a ler”.

Dedicar-se a analisar e interrogar os *manuais pedagógicos*, como este estudo se propõe, constitui-se, inicialmente, entender a história desse gênero literário, bem como, corresponde, também, a um esforço para compreender e colaborar no entendimento do processo de formação de professores primários, sobretudo, na evidência dos saberes matemáticos necessários a esse professor. A denominação desse tipo de texto expressa características genuínas ou seja, o fato de serem escritos para o ensino das disciplinas curriculares de cunho pedagógico nos cursos de formação docente. Nesse sentido, é preciso considerar também que o estudo da história das disciplinas escolares torna-se necessário para esta pesquisa. De acordo com Chervel (1990), se faz importante estudar os conteúdos explícitos no ensino disciplinar, como tarefa de um historiador. Para o autor, o estudo dos conteúdos beneficia-se de uma documentação abundante à base de cursos manuscritos, manuais e periódicos pedagógicos. O estudo dos manuais destinados aos professores mostra elementos que se ligam à trajetória histórica da escolarização de um saber específico. O manual pedagógico é uma fonte importante quando utilizada como registro documental. Valdemarin e Campos (2007, p. 344) esclarecem que

[...] ao serem configuradas como manual didático, as prescrições passam a compor um discurso racionalizado do que deve ser a prática pedagógica e, portanto, registro documental do pensamento pedagógico de um período, que tem como objetivo principal constituir-se em ação docente (VALDEMARIN; CAMPOS, 2007, p. 344).

Porém, cabe ao historiador problematizar o contexto das fontes e compreender as práticas de ensino implícitas nelas. Sendo assim, utilizaremos para essa pesquisa o conceito de representação de acordo com a conceituação dada por Chartier (1990, p 71)

as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.

Os objetivos de nosso estudo, isto é, analisar manuais pedagógicos; programas de ensino e como materializaram-se ao longo das décadas seguintes os preceitos de uma nova pedagogia, nos permitem, também, conhecer os discursos direcionados aos professores primários. Portanto, essas fontes documentais são importantes para a pesquisa, pois, produzem uma cultura escolar do curso primário, para tanto adotamos o conceito de cultura escolar apresentado por Julia (2001, p. 9) como o “conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e inculcar, e um conjunto de práticas que definem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos”. Assim, ainda, concordando com Julia, entendemos que a cultura escolar, “não pode ser estudada sem a análise precisa das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhe são contemporâneas: cultura religiosa, cultura política ou cultura popular” (JULIA, 2001, p. 10).

Em tempos de renovação pedagógica, os manuais serviam de inculcadores de novas ideias em combate ao ensino tradicional, fundamentado em um ensino de memorização sem sentido a vida do aluno. Visando à libertação da tradição, inúmeros intelectuais da educação em diversos lugares do mundo anunciavam o novo, por meio de conceitos diferenciados “educação funcional”, “escola sob medida”, “pedagogia psicológica” (Claparède); “escola ativa” (Bovet/Ferrière); “educação progressiva” (Dewey); “pedagogia científica” (Montessori) (MONARCHA, 2009, p.43). Esses novos ideais para a educação chegavam, também, ao Brasil, no início do século XX, e se manifestavam por meio das reformas que propunham uma nova forma de se pensar e fazer educação. Nesse período, essas instituições de formação de professores e de ensino primário multiplicaram-se e passaram a ser alvo de regulamentações legislativas. Na compreensão de Nagle (2001, p. 281):

[...] a nova natureza e as novas funções atribuídas à escola primária se firmariam se, além de outras condições, fosse alterado e aperfeiçoado o curso de formação de professores primários, considerado a pedra angular para o perfeito êxito da nova escola primária. Por isso mesmo, a preocupação com o professorado primário estimulou ampla discussão em torno da escola normal, e o motivo disso era um só: diante das responsabilidades da escola primária, tornava-se necessária a reformulação dos padrões de ensino na escola normal, a fim de que o novo professor tivesse condições para executar a sua nova situação.

Assim, pesquisar os manuais e programas de ensino do período proposto neste estudo é caminhar no sentido de tentar entender o que seus autores queriam expressar em seus escritos orientadores dirigidos aos professores e os modos pelos quais esses textos integraram o processo de formação de professores primários.

O MANUAL DE AMARAL FONTOURA

Segundo Silva (2005) a primeira edição desta obra data de 1955. Um exemplar do manual “Metodologia do Ensino Primário”, 4ª Edição 1958, encontra-se disponível na Biblioteca Pública Municipal de São Mateus, sem ainda ter sido objeto de pesquisa com os objetivos aqui propostos. É sabido que o exemplar foi doado a este estabelecimento por uma senhora, conforme consta carimbo da biblioteca em sua capa. É relevante, também, investigar, por à meio de investigação documental, se esta senhora foi professora e em caso afirmativo, de que segmento de ensino, a fim de buscar vestígios da utilização do manual no município de São Mateus e, talvez em escolas do Estado.

O referido autor nasceu em 1912. Sua carreira docente iniciou-se aos 17 anos quando ainda era aluno do último ano do curso ginásial e mais tarde constituiu-se professor, tendo exercido sua profissão no Colégio Pedro II e na Faculdade de Filosofia da Universidade Católica do Rio de Janeiro, entre outras instituições. Dedicado educação, foi, também, organizador de algumas Semanas de Educação em diversos Estados e municípios. Em 1966 presidiu o Primeiro Congresso Brasileiro de Ensino Normal realizado no estado do Rio de Janeiro. A partir da sua formação e atuação como professor, Fontoura qualifica-se como autor de uma extensa obra na área educacional, publicada pela Editora Aurora, do Rio de Janeiro. Desta obra destaca -se a série A Escola Viva, publicada de 1949 a 1971, destinada à formação de professores da Escola Normal. Sobre sua produção bibliográfica, Mortatti et al. (2009, p. 5) enfatiza:

[...] foi significativa, sobretudo a produção de manuais de ensino. Amaral Fontoura publicou uma cartilha, quatro compilações de legislação educacional, 19 manuais de ensino e um artigo em periódico, sem ser possível, entretanto, precisar a data de publicação de cada um desses textos.

A série “A Escola Viva” é formada por quinze (15) volumes, tendo algumas obras vinte e uma edições. O grande número de edições indica que os livros desta série foram amplamente adotados nas escolas normais brasileiras no período de sua publicação. Em um trabalho de análise das obras da série, Gaertner (2010) analisou 14 volumes da série identificando que seis deles apresentavam conteúdo matemático. No entanto a autora não se ocupou a uma análise pormenorizada dos conteúdos, talvez por não ser esse o objetivo do trabalho em questão.

O volume *Metodologia do Ensino Primário*, objeto dessa investigação, é também um dos livros da série “A Escola Nova”. Apresenta-se dividido em três partes e dez capítulos. As partes apresentam-se sob os títulos: O professor, sua personalidade, seus atributos; Metodologia geral (métodos, processos, modos e formas de ensino; A Escola nova e os Métodos Ativos e Metodologia Especial. Apresenta conteúdos para os segundo e terceiro anos do Curso Normal e o modo como este deve ser lecionado. Fontoura (1958, p. 11) escrevia para os “[...] alunos de escolas normais e [...] professores que ainda não tiveram tempo de ler todos aqueles citados mestres, bem como os autores de numerosas obras, magníficos e admiráveis, sobre a educação renovada”. Em textos detalhadamente explicados, recomenda o

que se deve fazer e, também, como deve fazer, privilegiando uma matemática prática com consideração à vivência do aluno.

Seriam os saberes apresentados neste manual os necessários para o professor da escola primária em formação? Atenderia ao determinado pelos programas de ensino em vigência? A proposição dos conteúdos e problemas estaria consoante com a metodologia apresentada pelo autor? O que sugere nesta obra, quanto aos métodos? Como podemos observar, muitas questões, ainda, estão por responder.

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS

ESPÍRITO SANTO. Decreto n. 6501, dez. 1924. **Diario da Manhã**. Vitória, ano XIX, n. 103, dez. 1924. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/122505>>.

Acesso em: 20 jul. 2016.

ESPÍRITO SANTO. Decreto n. 43 de março de 1910. **Diario da Manhã**. Vitória, ano XIX, n. 103, dez. 1924. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/122261>>.

Acesso em: 18 jul. 2016.

ESPÍRITO SANTO (ESTADO). Presidente de Estado (1918 -1930). **Mensagem apresentada ao congresso legislativo em 7 de setembro de 1929 [por] Aristeu Borges de Aguiar, Presidente do Estado do Espírito Santo**. Victoria: 1929.

FONTES SECUNDÁRIAS

BERTO, R. C. **A constituição da escola activa e a formação de professores no Espírito Santo (1928-1930)**. 2013. 284f. Doutorado em Educação – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação, 2013.

BONATTO, J. S. A. **A construção histórica da profissionalidade docente no Espírito Santo (1908-1930)**: um estudo sobre as reformas educacionais de Gomes Cardim e Attilio Vivacqua. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) –Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.

CHARTIER, R. **A história cultural –entre práticas e representações**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1990

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, n. 2, p. 177-229, 1990.

FONTOURA, A. **Metodologia do Ensino Primário**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1958.

GAERTNER, R. Formação de Professores: Construção de Saberes Matemáticos na Série “A Escola Viva” escrita por Afro do Amaral Fontoura. In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 10., 2010, Salvador. **Anais...** Salvador, BA, 2010. Disponível

em:<http://www.gente.eti.br/lematec/CDS/ENEM10/artigos/CC/T6_CC574.pdf>.

Acesso em jan. 2016.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas, SP: SBHE, n. 1, p. 9-44, 2001.

MONARCHA, C. **Brasil arcaico, escola nova: ciência, técnica e utopia nos anos 1920 e 1930**. São Paulo: Unesp, 2009.

MORTATTI, M. R. L.; TREVISAN, T. A.; OLIVEIRA, F. R.; SALES, G. G. P. Manuais para a formação de professores primários (1940-1960) e a conformação de práticas de ensino de leitura e escrita no Brasil. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DO LIVRO E HISTÓRIA EDITORIAL, 2., 2009, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UFF, 2009.

NAGLE, J. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1974.

_____. **Educação e sociedade na Primeira República**. 2. ed. São Paulo: DP&A, 2001.

PIMENTEL, E. F.; ASSIS, E. L. Considerações sobre o Grupo Escolar Gomes Cardim no Contexto da Educação Primária do Espírito Santo da Primeira República. **Revista Ágora**, Vitória, n. 18, p. 65 -76. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/agora/article/viewFile/7113/5208>>. Acesso em: 21 jul. 2016.

SALIM, M. A. A. **Encontros e desencontros entre o mundo do texto e o mundo dos sujeitos as práticas de leituras desenvolvidas em escolas capixabas na Primeira República**. 2009. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

SILVA, V. B. **Modos de Ensinar nos Manuais da Escola Normal (1950 a 1971)**. In: CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES, 8., 2005, Águas de Lindóia, SP. **Anais...** São Paulo: UNESP -Universidade Estadual Paulista, 2005.

SIMÕES, R. H. S.; FRANCO, S. P. (Org.). **História da educação no Espírito Santo: catálogo de fontes**. Vitória: Edufes, 2004.

SIQUEIRA FILHO, M. G. A passagem de Gomes Cardim pelo Espírito Santo e a incorporação de suas intencionalidades: os programas de ensino primário de Aritmética, Desenho e Geometria nos entremeios das décadas de 1908 a 1928. In: COSTA, D. A.; VALENTE, W. R. (Orgs.). **Saberes Matemáticos no curso primário: o que, como e por que ensinar?** Editora Livraria da Física: São Paulo, 2014.

VALDEMARIN, V. T.; CAMPOS, D. G. S. Concepções pedagógicas e método de ensino: O manual didático Processologia na Escola Primária. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 17, n. 38, p. 343 -356, set./dez. 2007.

VASCONCELLOS, J. G. M. **A invenção do coronel: ensaio sobre as raízes do imaginário político brasileiro**. Vitória, ES: Ufes, Secretaria de Produção e Difusão Cultural, 1995.

VIVACQUA, A. **Escola ativa brasileira: sua aplicação no Estado do Espírito Santo**. Separata do Boletim de Educação, da Secretaria de Instrução do Estado do Espírito Santo. Vitória, 1930.